



■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

A POLÍCIA FEDERAL - COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ASSUNTO: Recurso do item 1 do Pregão Eletrônico nº 03/2021 - Processo nº 08211.004934/2020-07

PA COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.044.495/0001-07, com sede na Rua Astolfo Moreira, nº 32, Centro, João Pinheiro - Minas Gerais, CEP: 38.770.000, por intermédio de seu representante legal, Pedro Henrique de Abreu Cunha, CPF nº 070.039.776-05, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão de habilitação da empresa KA TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E ARTES EIRELI na sessão pública do pregão eletrônico em epígrafe, pelas razões de fato e de direito abaixo declinados:

I. DA TEMPESTIVIDADE

Antes do enfrentamento do mérito da questão, cumpre-nos destacar a tempestividade das presentes razões recursais, tendo em vista que a intenção de interpor recurso foi formalizada na sessão pública do dia 10/02/2021, ocasião em que fora aberto o prazo de três dias úteis para apresentação das respectivas razões recursais, conforme regramento editalício do instrumento convocatório, o qual reproduz o comando da Lei 10.520/2002.

Considerando que o processamento do presente certame licitatório está ocorrendo por intermédio da ferramenta COMPRASNET, o controle da tempestividade tem um relevo menor, na medida em que o próprio sistema já promove o necessário controle. Pelo acima exposto, não resta nenhuma dúvida sobre a tempestividade da presente peça.

II. DOS FATOS

Por meio do Pregão Eletrônico nº 03/2021 da Polícia Federal que tem como objeto a "contratação de empresa especializada no fornecimento de código de uso, por meio de assinatura anual, para acesso aos documentos/cartas de navegação aérea com coberturas específicas para a América do Sul, em formato eletrônico, disponíveis no aplicativo (software) Jeppesen Mobile Flite Deck, todos com atualização periódica, confeccionados pela empresa JEPPESEN SANDERSON, INC, com sede nos Estados Unidos da América, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos."

Após a fase de lances, foi feito a aceitação e habilitação da proposta comercial apresentada pela empresa KA Tecnologia, momento no qual manifestamos a intenção de recurso:

"Empresa KA TECNOLOGIA não enviou o Alvará de funcionamento da empresa expedido pela prefeitura conforme exigido no item: 9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Apresentou a CND Municipal, porém, não tem validade como alvará."

A empresa KA Tecnologia não enviou o Alvará de Funcionamento conforme exigido no item 9.9.5 do edital.

A empresa enviou uma certidão negativa de tributos municipais, o que não substitui de hipótese alguma, o alvará de funcionamento exigido no item 9.9.5 do edital.

Tanto é que na própria CND municipal apresentada pela empresa diz:

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 04427/2021i

Imposto sobre serviços de qualquer natureza e taxas mobiliárias

CERTIFICAMOS, de ordem da Secretaria de Finanças, a pedido da parte interessada e à vista das informações, que em nome do contribuinte acima identificado, NÃO EXISTE DÉBITO EM ABERTO nesta Prefeitura, débito inscrito ou não em dívida ativa, com relação ao(s) tributo(s) acima indicado(s), até a presente data .

CERTIFICAMOS, outrossim, que fica ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município na cobrança de débitos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos indicados nesta certidão.

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA DIAS.

Ou seja, resta claro que a certidão apresentada é referente ao exigido no item 9.9.6 e não ao item 9.9.5 e que a mesma certidão não tem validade para ambos os itens.

O item 9.9.5 pede prova de inscrição municipal, no caso, alvará de funcionamento.

Já o item 9.9.5 pede prova de regularidade com a fazenda municipal.

Vale destacar que o presente edital não feriu a lei. Contudo, a inobservância dos mandamentos legais e a materialização da inobservância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade ocorreu, somente, no julgamento equivocado, o que exige reparo.

Porém, não pode dar oportunidade para a empresa apresentar o alvará de funcionamento, haja visto que TODOS os documentos de habilitação exigidos no edital devem ser enviados juntamente com a proposta comercial no ato do cadastro da proposta no portal comprasnet, conforme item 5.1 do edital.

E mesmo a empresa sendo micro empresa, ela não pode usufruir do direito de apresentar o alvará de funcionamento no prazo de 5 dias úteis, haja visto que este direito de apresentar documentos posteriormente é somente caso apresente alguma certidão com data de validade vencida. Neste caso, o alvará de funcionamento nem mesmo foi enviado, muito menos vencido.

Vale lembrar também, que o SICAF não tem o registro do alvará de funcionamento da empresa. SICAF só contempla certidões de regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômica/financeira/técnica.

III. DOS PEDIDOS

Portanto, pelos fatos aqui narrados, corroborados por ampla demonstração legal e jurisprudencial, resta cristalina e evidenciada a ocorrência de julgamento dissociado dos comandos editais e legais, razão pela qual requeremos o reparo da decisão equivocada, de modo a não macular o presente certame com procedimentos afrontosos aos princípios basilares aplicáveis ao caso, em especial o da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade.

- a) Que sejam as presentes razões recursais totalmente conhecidas, posto que, tempestivas e dotadas dos demais requisitos extrínsecos e intrínsecos exigidos em lei, sendo regularmente processadas.
- b) Que seja o Recurso Administrativo provido, de modo a corrigir as falhas perpetradas e com isso haja a necessária compatibilização das ações do Pregoeiro ao regramento editalício, aos princípios fundamentais que se aplicam em todo e qualquer procedimento licitatório, dentre os quais destacamos a vinculação ao instrumento convocatório;
- c) Que volte a fase do Pregão Eletrônico e seja convocado as empresas remanescentes;
- d) Por fim, caso o Pregoeiro opte por não aproveitar a oportunidade para saneamento das falhas procedimentais perpetradas, que este recurso suba à autoridade competente para análise e deliberação.

Nestes termos, espera e pede deferimento

João Pinheiro/MG, 10 de Fevereiro de 2021.

Pedro Henrique de Abreu Cunha
Proprietário
CPF 070.039.776-05
Identidade MG 14.903.588 SSPMG

Voltar